



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007159-69.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Antonio Firmino Coimbra**
 Requerido: **Bom Negócio Atividade de Internet Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Trata-se de ação em que o autor pede a condenação da ré ao pagamento de indenização pelo fato de que, utilizando o *website* de anúncios online da ré, www.olx.com.br, adquiriu de terceiro um veículo, desembolsando o total de R\$ 17.600,00, entretanto não conseguiu transferir o veículo para seu nome pelo fato de que os números do *chassis* e do motor haviam sido adulterados.

Com a merecida vênia e o devido respeito ao autor, reputo que a ré não é responsável pelos prejuízos. Com efeito, emerge dos autos e mesmo de simples acesso ao website que a atividade desempenhada pela autora é de simples anunciante.

O serviço oferecido é de classificados online.

O anúncio é divulgado no *website*, todavia toda a negociação se estabelece entre vendedor e comprador, sem a participação e sequer intermediação da ré, que também não recebe comissão pelo serviço de anúncio.

Para tais casos, a jurisprudência afasta a responsabilidade do fornecedor, porquanto não se pode falar em falha na prestação de serviços, pressuposto de responsabilidade no sistema de defesa do consumidor:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

1007159-69.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO FALSO NA INTERNET. LEGITIMIDADE PASSIVA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. SÚMULA STJ/7. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO. (...) II. A responsabilidade pelo dano decorrente de fraude não pode ser imputada ao veículo de comunicação, visto que esse não participou da elaboração do anúncio, tampouco do contrato de compra e venda do veículo. Agravo Regimental improvido. (Superior Tribunal de Justiça, AgRg nos EDcl no Ag 1360058/RS, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 12/04/2011)

BEM MÓVEL. INDENIZAÇÃO. COMPRA REALIZADA NA INTERNET. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. CONTRATAÇÃO FEITA DIRETAMENTE COM O ANUNCIANTE. 1. Não cabe responsabilizar a empresa ré, que apenas disponibiliza espaço virtual para anúncio, pela não entrega do produto, se a compra foi realizada diretamente entre o autor e o anunciante, sem qualquer participação da ré. (...) Recursos das rés providos para julgar improcedentes os pedidos, prejudicado o apelo do autor. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ap. 1069678-57.2015.8.26.0100, Rel. Felipe Ferreira, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 06/10/2016)

Ação de indenização por danos materiais e morais – compra e venda de bicicleta anunciada em plataforma virtual disponibilizada pela ré – serviço prestado que se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

restringiu apenas a disponibilizar espaço virtual em que os fornecedores, pessoa física ou jurídica, anunciam produtos – não participação da ré na aquisição do bem – termo de uso que alerta os cuidados que o comprador deve ter no momento de fechar o negócio – empresa de comunicação que não responde pelos anúncios dos fornecedores anunciantes – falta de nexo de causalidade – sentença reformada – apelação provida. (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ap. 0001620-10.2015.8.26.0588, , Rel. Eros Piceli, 33ª Câmara de Direito Privado, j. 01/08/2016)

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado especial cível.

P.I.

São Carlos, 17 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**